

A Legitimidade e o Cumprimento da Lei nos Conflitos de Baixa Intensidade da Argélia Francesa e da Irlanda do Norte Britânica

Tenente-Coronel James D. Campbell, Guarda Nacional do Maine

O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA, com suas pequenas guerras de nacionalismo étnico, conflitos tribais e religiosos e terrorismo global e localizado não é tão diferente da Europa, no final dos anos 50 e 60, durante a era da descolonização. As raízes étnicas e religiosas de muitos conflitos atuais originam-se em vários países em desenvolvimento que se tornaram independentes quando a Europa perdeu seus impérios. Uma lição fundamental das guerras europeias de descolonização é a necessidade da manutenção da legitimidade ao mesmo tempo em que são conduzidas operações de baixa intensidade. Sem a legitimidade, as operações conduzidas por uma nação democrática raramente serão bem-sucedidas.

As operações de contra-insurreição e contraterrorismo em Argel, de 1957 a 1958, e na Irlanda do Norte, de 1970 a 1999, revelam verdades significativas sobre a legitimidade e o cumprimento da lei. A insurreição baseada no nacionalismo étnico é inerentemente política. Se, no decorrer de tal guerra, o governo e as forças armadas abandonarem os princípios que os colocam acima do nível dos terroristas contra quem estão lutando, eles perderão a legitimidade de sua causa e enfrentarão uma derrota política e militar.

Em 1958, após vários anos de guerra na então província francesa da Argélia, a qual resultou em milhares de baixas civis e militares, a Quarta República Francesa ruiu e foi substituída por um novo governo republicano, hostil à guerra. Em 1962, o Exército Francês foi derrotado e a Argélia tornou-se independente. Ironicamente, segundo relatos, o Exército Francês derrotara decisivamente os rebeldes da *Front de la Libération Nationale* (Frente Nacional de Libertação) da Argélia e mantinha militarmente o controle do país quando a Argélia adquiriu a independência.¹

O governo da Quarta República perdeu sua credibilidade e a maior parte do seu apoio popular, em consequência da aparente perda do controle sobre os militares na guerra e à tolerância, e até estímulo, do difundido emprego de torturas, assassinatos e intimidação violenta pelo Exército Francês. A implacável campanha contra o terrorismo do Exército Francês em Argel, de 1957 a 1958, foi uma clássica Vitória de Pirro. O Exército Francês esmagou a Frente de Liberação Nacional na cidade, no entanto os métodos que utilizou causaram um clamor internacional que levou à queda da Quarta República e, com isso, a perda de qualquer esperança real de uma “*Algérie Française*.”²

Em contraste, desde 1969, numa tentativa de forçar a separação da Irlanda do Norte da Grã-Bretanha, nacionalistas irlandeses travaram uma guerra de terrorismo contra a presença britânica. Centenas de combatentes e inocentes foram mortos, e ainda assim a Irlanda do Norte permanece solidamente britânica. Na realidade, o cessar fogo, os acordos de paz da Sexta-feira Santa e os desenvolvimentos políticos subseqüentes sugerem que o Exército Republicano Irlandês (*Irish Republican Army* — *IRA*) tenha praticamente desistido de alcançar os seus objetivos através da violência.

O Exército Britânico tem cometido erros e sofrido crises e fracassos em suas campanhas antiterroristas e de manutenção de paz contra os diversos grupos paramilitares em Ulster. Entretanto, comparada ao esforço francês na Argélia, a atuação do Exército Britânico, como um todo, tem sido mais favorável. O governo britânico insistiu em manter o controle civil e policial das operações militares, usando o menor nível possível de violência no ataque aos terroristas, em fiel cumprimento da lei, na condução das operações militares.³ Apesar de algumas exceções divulgadas, as Forças Armadas Britânicas per-



Magnum Photos

Uma unidade do 1º Batalhão da Frente Nacional de Libertação avança através de um bosque durante a guerra na Argélia. (1957)

manecem sob o firme controle de autoridades civis e as transgressões da lei foram publicamente investigadas e processadas. Esse fiel cumprimento da lei permitiu que o governo britânico mantivesse sua legitimidade perante a visão soberana da opinião pública nacional.⁴

Embora as causas e o contexto histórico-geográfico dessas duas guerras sejam diferentes, ambas são semelhantes o suficiente para se chegar a algumas importantes conclusões a respeito das operações de baixa intensidade e de políticas governamentais. Em ambas as guerras, os terroristas e os insurretos lutaram em nome de uma população etnicamente distinta, que residia em uma área geograficamente separada, mas retórica e politicamente integrante do país natal. Ambas as províncias possuíam ou possuem uma significativa população ardorosamente leal ao país natal, capazes de criar suas próprias organizações militares e terroristas, acrescentando outro elemento violento e instável ao conflito. E, em ambas as guerras, as considerações políticas ofuscaram os militares e se tornaram os fatores mais importantes na determinação do sucesso ou fracasso das tentativas do governo para terminar com as guerras.

Argélia

Segundo as regras não-escritas, mas perfeitamente claras... das ordens do governo socialista..., os oficiais

de inteligência usaram dois métodos de interrogatórios: choque elétrico e água. — Jean-Claude Goudeau.⁵

As causas e dinâmicas da guerra francesa na Argélia são complexas e protótipas das guerras de “libertação nacional” do fim do século XX. A guerra possuía todos os padrões que hoje são relacionados ao nacionalismo idealista, política cínica de poder, postura internacional e violência brutal e sem sentido, cujas vítimas eram, com frequência, inocentes desafortunados. A guerra na Argélia diferiu de muitas, nas quais os insurretos eram militarmente derrotados e ainda assim alcançavam os seus objetivos, não através da força e do emprego de armas, mas principalmente pelas perdas do apoio popular e da conseqüente vontade do Governo Francês em prosseguir na luta.⁶ Os métodos que o Exército Francês usou em sua campanha anti-terrorista em Argel entre 1957 e 1958 tornaram-se aceitáveis ao governo e as forças armadas. Essa política, entretanto, levou diretamente ao fracasso e à derrota.

No início de 1956, a Frente de Libertação Nacional colocou o governo provincial da Argélia na defensiva. As Forças Armadas francesas haviam acabado de ser retiradas do fiasco em Suez, da recente derrota na Indochina e ainda não haviam se restabelecido na Argélia. Muitas das unidades que haviam lutado na Indochina ainda estavam sendo reconstituídas após a sua destruição em

Dien Bien Phu e o encarceramento de seus líderes em prisões de Viet Minh.

No verão de 1956, a Frente Nacional de Libertação deu início a uma intensa campanha de terror urbano em Argel, com explosões de bombas, assassinatos e ataques, todos com a intenção de derrubar o governo.⁷ Em agosto, a campanha do terror trouxe o caos a Argel. Ser um funcionário do governo significava um convite à morte. O quartel árabe de Casbah, um local abarrotado de prédios antigos, becos e túneis, estava sob o controle da Frente Nacional de Libertação e a polícia, os europeus brancos e os argelinos leais ao governo estavam impedidos de entrar. O terrorismo e os ataques por comitês de colonos legalistas (*pieds-noir*) causaram uma violência crescente que paralisou a cidade.⁸

Em janeiro de 1957, Robert Lacoste, governador-geral

As raízes étnicas e religiosas de muitos conflitos atuais originam-se em vários países em desenvolvimento que se tornaram independentes quando a Europa perdeu seus impérios. Uma lição fundamental das guerras européias de descolonização é a necessidade da manutenção da legitimidade ao mesmo tempo em que são conduzidas operações de baixa intensidade. Sem a legitimidade, as operações conduzidas por uma nação democrática raramente serão bem-sucedidas.

socialista da Argélia, sob forte pressão do governo em Paris, decidiu combater fogo com fogo. Ele ordenou à 10ª Divisão Aeroterrestre do Exército Francês, uma unidade de elite liderada por um grupo radical de veteranos da Indochina que acabava de regressar do Suez, que fosse a Argel com ordens para acabar com os ataques terroristas a qualquer custo.⁹ O comandante da 10ª Divisão Aerotransportada, General Jacques Massu, tinha total autoridade para manter a ordem em Argel sem nenhuma influência ou interferência civil nas operações militares. O Exército tinha carta branca para fazer o que fosse necessário à restauração da ordem. Essa autoridade ilimitada seria mantida por cinco anos. A transferência da autoridade absoluta da cidade de Argel para o General Massu provou ser “a sentença de morte da Quarta República”.¹⁰

Embora os soldados da 10ª Divisão Aeroterrestre chamassem a missão de “um trabalho de polícia”, trabalhavam com zelo, determinados a apagar as vergonhosas memórias de Suez e Dien Bien Phu.¹¹ Impiedosamente eficientes, eles fizeram várias prisões ilegais, e acabaram, rápida e violentamente, com uma greve geral, arrombando lojas e forçando as pessoas a trabalharem

sob a mira de revólveres. Pelo uso desinibido de tortura, “desaparecimentos”, espancamentos públicos e outras formas de intimidação, o Exército rapidamente destruiu a rede terrorista da Frente Nacional de Libertação.

Em março de 1957, o problema terrorista em Argel praticamente teve fim.¹² Mas a que custo? Embora tenham ocorrido muitas mortes e torturas no decorrer da guerra, tais ações tornaram-se sistemáticas e até mesmo institucionalizadas após as operações. A partir de então, com a aprovação tácita do governo, o Exército Francês contou consistentemente com esses métodos em todas as suas negociações com a Frente Nacional de Libertação.¹³ Obviamente, tais métodos eram eficazes. Em conjunto com a bem-sucedida campanha nas áreas rurais (com zonas de fogo livre, red deslocamento forçado e outras táticas conhecidas dos estudantes da guerra norte-americana no Vietnã), as táticas utilizadas pelo Exército Francês tornaram a Frente Nacional de Libertação incapaz de organizar qualquer resistência de grande porte ao fim da década de 50.¹⁴

O difundido e impiedoso recurso às atrocidades, praticado pelas forças que apoiavam a “civilização”, destruiu a legitimidade que os franceses tinham entre os argelinos étnicos, causando grandes repercussões políticas na França. Ao fim de 1957, a clara evidência de tortura e outras formas apoiadas ou aceitas pelo governo de atrocidades e comportamento ilegal executado pelo Exército incentivaram um clamor popular que cresceu até Charles De Gaulle ser eleito à presidência em 1958, dando fim à Quarta República.¹⁵ De Gaulle afirmou posteriormente ter a intenção, desde o início de sua presidência, de dar fim à guerra na Argélia concedendo a sua independência.¹⁶

O rápido crescimento do sentimento antigoverno na França que destruiu a Quarta República pode, em grande parte, ser diretamente atribuído aos atos ilegais do Exército Francês, aceitos irrestritamente pelo governo, na condução de sua altamente bem-sucedida campanha contra a Frente Nacional de Libertação.

Irlanda do Norte

Você irá operar como ordenado pelo Comissário de Polícia de Gibraltar... Proceda sempre de acordo com as instruções legais do oficial de mais alto escalão da polícia... Não use mais força do que o necessário... Apenas abra fogo se ele/ela estiver... cometendo uma ação que ponha vidas em risco.

—Ministério da Defesa Britânico¹⁷

A experiência britânica na Irlanda do Norte é ainda mais complexa do que a francesa na Argélia. As raízes da repressão política, do terrorismo, do emprego da força militar e da violência na Irlanda do Norte são seculares e firmemente embutidas na cultura.¹⁸ O Exército Britânico tem participado completamente nas tentativas gover-



Magnum Photos

Na Irlanda do Norte pessoas presentes no enterro de um ente querido procuram esconder-se dos disparos de um fanático. (1988)

namentais de restaurar a ordem em Ulster desde 1969, quando os “problemas” iniciaram-se primordialmente em funções contra-terroristas e de manutenção de paz.

No entanto, há uma grande diferença entre a situação do Exército Britânico em Ulster e a do Exército Francês na Argélia após 1957. Desde o início do seu envolvimento na Irlanda do Norte, o Exército Britânico tem se encarregado de reforçar a Força Policial Real de Ulster (*Royal Ulster Constabulary — RUC*) e permanece formalmente sob um controle policial e civil. Após tentar uma política de implementação no início dos anos 70, o governo percebeu o perigo do envolvimento de militares britânicos na administração de prisões e na condução de interrogatórios. Alegações de tortura continuam a perseguir o Exército até os dias atuais. Como conseqüência, o Exército entrega qualquer indivíduo que seja detido à polícia civil, não conduz interrogatórios independentes nem opera prisões.¹⁹

Em razão da violência na Irlanda ser, há muito tempo, parte da vida britânica, talvez haja certa tolerância entre a mesma e a opinião pública. Ainda assim, o governo britânico consistentemente conduz investigações e até mesmo processos judiciais toda vez que um soldado esteve envolvido em violência, quer seja ou não fatal.²⁰ Até mesmo nos casos de indiscutível legítima defesa ou

quando um terrorista ou grupo de terroristas é flagrado no ato da violência, o devido processo legal é seguido normalmente. Os inquéritos policiais, investigações e julgamentos são conduzidos publicamente e ficam registrados.

Um dramático exemplo desse processo foi o incidente ocorrido em Loughall, na Irlanda do Norte, em 8 de maio de 1987, quando soldados britânicos do Serviço Aéreo Especial (*Special Air Service*), agindo de acordo com informações fornecidas pela Força Policial Real de Ulster, emboscaram e mataram oito membros do Exército Republicano Irlandês provisório, que tentavam detonar uma bomba próximo ao correio de Loughall.

A emboscada do Serviço Aéreo Especial ocorreu em plena luz do dia, no meio de um subúrbio, causando duas baixas acidentais de civis. O clamor da imprensa foi significante e a investigação do acidente resultante foi extensa. Informações detalhadas, incluindo o número específico de cartuchos que cada soldado usara, seus precisos pontos de impacto, e uma investigação exaustiva das decisões que levaram a tal ação, foram compiladas e reveladas em um inquérito público. Após o devido procedimento, os soldados envolvidos foram absolvidos de qualquer delito. Tal fato foi verificado minuciosamente, como acontece todas as vezes que um

agente policial recorre aos meios letais na execução do seu dever.²¹

Sem dúvida, até mesmo um exame superficial dos registros britânicos na Irlanda do Norte desde 1969 revela exemplos de ilegalidade, brutalidade e encobrimento de fatos, mas o que se destaca em comparação ao exemplo francês na Argélia é que, em Ulster, o governo britânico e as Forças Armadas seguem escrupulosamente as formas e funções de controle civil e cumprem fielmente a lei e as restrições militares.

A restrição militar, um esforço constante para manter o cumprimento da lei na execução de uma campanha militar complexa e prolongada, tem sido o principal fator na habilidade do governo britânico para reter a legitimidade na opinião popular britânica, o que permitiu às sucessivas administrações continuar a guerra. As forças governamentais, civis e militares demonstraram ao público as diferenças que as separam dos terroristas. Ao contrário do Exército Francês na Argélia, os britânicos não recorreram ao nível terrorista de desumanidade e brutalidade.

Lições Aprendidas

A crítica importância do controle civil das forças armadas, o rigoroso cumprimento da lei e a prestação de contas dos soldados por suas ações são apenas algu-

mas das lições que podemos tirar de uma comparação dessas duas guerras. Talvez a mais importante dessas lições seja que, em um conflito de baixa intensidade, a chave — talvez a mais importante — o centro de gravidade operacional e o equilíbrio são a opinião pública interna e a preservação da legitimidade. Devido à própria natureza da guerra, particularmente em um ambiente de conflito de baixa intensidade, os soldados e os governos devem permanecer leais aos princípios legais e não caírem no nível da brutalidade. Em Argel, em 1957, o Exército Francês desceu a tal nível, agindo à semelhança terrorista. Isto custou ao governo a perda do apoio popular e, posteriormente, a guerra. A responsabilidade por essas ações é dos líderes civis da Quarta República.

Em contraste, ao procurar conduzir a guerra segundo os fundamentos legais, o governo britânico e as Forças Armadas da Irlanda do Norte mantêm o apoio popular para travar a guerra e podem até obter um final bem-sucedido. Ao mesmo tempo em que o fiel cumprimento dos princípios legais e a legitimidade podem alongar consideravelmente uma campanha, as lições da longa experiência britânica na Irlanda do Norte sugerem que uma campanha mais longa pode ser o único jeito de se assegurar o sucesso. **MR**

Referências

1. O'Ballance, Edgar, "The Algerian Insurrection 1954-62", Hamden, Connecticut: Archon Books, 1967, p. 143.
2. Talbot, John, "The War Without a Name: France in Algeria, 1954-62", New York: Alfred A. Knopf, 1980, pp. 247-248.
3. Bell, J. Bowyer, "The Irish Troubles, A Generation of Violence 1967-1992", New York: St. Martin's Press, 1993, p. 230.
4. *Ibid.*
5. Goudeau, Jean-Claude, Diretor-geral, "Minute", em operações militares francesas em Argel em 1957, citado em GERAGHTY Tony, *March or Die: A New History of the French Foreign Legion*, New York: Facts on File Publications, 1986, p. 284.
6. Johnson, Paul, *Modern Times: The World from the Twenties to the Eighties*, New York: Harper & Row, 1983, pp. 495-505.
7. Geraghty, *March or Die*, p. 252.
8. Home, Alistair, *A Savage War of Peace, Algeria 1954-1962*, New York: The Viking Press, 1977, p. 183-187.
9. Geraghty, *March or Die*, cap. 14.
10. Home, p. 188.
11. Talbot, p. 85.
12. Home, p. 207.
13. *Ibid.*, p. 197-198.
14. O'Ballance, p. 143.
15. Home, p. 206-207.
16. Johnson, p. 503-504.
17. Trecho tirado de "Rules of Engagement for the Military Commander of Operation Flavius", Ministério da Defesa Britânico, 1988. *Operation Flavius* foi uma operação britânica de contra-terrorismo do Serviço Aéreo Especial na qual três terroristas do IRA foram mortos. Consulte Geraghty, Tony, *Who Dares Wins: The Story of the SAS 1950-1992*, Londres: Warner Books, 1993, p. 284.
18. Lee, Alfred McClung, *Terrorism in Northern Ireland*, Bayside, New York: General Hall, Inc., 1983, cap. 2.
19. Bell, p. 230.
20. *Ibid.*
21. Geraghty, *Who Dares Wins*, p. 274-278.

O Tenente-Coronel James D. Campbell, da Guarda Nacional do Estado do Maine, é o comandante da 11ª Equipe (Armas de Destruição em Massa) de Apoio Civil. Possui os títulos de Bacharel pela Colby College, e de Mestre e PhD pela University of Maine. É também graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Serviu em diversas missões de Comando e Estado-Maior no território continental dos Estados Unidos, Havai e Alemanha.